

Ampliando a linguagem do historiador: uma entrevista com Ynaê Lopes dos Santos

Entrevista

Gabriel Yukio Shinoda
Oliveira

Gabriele Maria Oliveira

DOI: 10.11606/issn.2318-
8855.v11i1p528-557

Desde de sua fundação, em 2013, a Revista Epígrafe conta com mais de dez entrevistas realizadas¹. Nos anos iniciais, eram chamados professores ativos ou aposentados do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Nas últimas edições, esse critério variou, havendo a presença de professores da rede básica de educação e de professores de outras Instituições de Ensino Superior.

Esses nomes são levantados ao início de cada edição e buscamos sempre professores e historiadores já consagrados, cujas pesquisas possuem ampla relevância não somente na historiografia brasileira, mas também na produção historiográfica internacional. Para a edição 11 da Revista Epígrafe, não houve exceção: vários nomes notórios foram mencionados. Entretanto, percebemos um fato que já deveria ter sido observado pelas várias comissões editoriais desde 2013: em nenhuma das edições regulares, o entrevistado era negro ou negra.

Essa ausência certamente não é um problema apenas da Revista Epígrafe, mas de toda a estrutura do universo acadêmico que, embora tenha dado amplas passadas em busca da inclusão social e racial em seus espaços, ainda possui uma longa

¹ Além do Dôssie de entrevistas de 2020 "Ofícios em Mosaico".

Ampliando a linguagem do historiador

caminhada pela frente. Nesse sentido, entendemos a necessidade de repensarmos isso na Epígrafe, tanto nesta edição quanto nas próximas.

A entrevista desta edição é com a Dr^a Ynaê Lopes dos Santos, professora adjunta de História da América no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Ela conviveu com o mundo acadêmico desde cedo por influência de seus pais e se tornou bacharel em História em 2003 pela Universidade de São Paulo. Logo em seguida, em 2004, ingressou no mestrado na mesma universidade, pesquisando sobre as moradias escravas no século XIX. Em seu doutorado, comparou as dinâmicas da escravidão no Rio de Janeiro e em Havana. Ynaê dos Santos é, também, autora do livro *História da África e do Brasil Afrodescendente*, uma excelente sugestão de leitura para professores de História.

A aprazível conversa com a professora, realizada pelos editores Gabriel Yukio Shinoda Oliveira e Gabriele Maria Oliveira, certamente proporcionará ao leitor ensinamentos sobre a profissão do historiador e do professor. Agradecemos a participação de Ynaê e deixamos vocês, leitores, com as palavras da professora.

Boa leitura a todes!

Revista Epígrafe: Para começar, queremos conhecer sobre sua adolescência e sua infância. Como era a relação com sua família, onde vocês moravam e como passavam o tempo juntos?

Ynaê Lopes dos Santos: Eu nasci em São Paulo, capital, e morei, basicamente, toda minha infância e adolescência no Butantã, bem próximo à USP. Então, eu a frequentava, ela era uma espécie de clube, porque meus pais faziam mestrado e doutorado na USP, então tinham direito a usar o CEPEUSP [Centro de Práticas Esportivas da USP], por isso tive uma vivência muito grande por lá. Na época, além da

piscina, ocorriam eventos para crianças no CEPEUSP, umas duas vezes por semana. Então, a USP sempre fez parte da minha vida, era como se fosse um parque. Eu sempre vivi na Zona Oeste de São Paulo, morava no Butantã, estudava em Pinheiros; primeiro, numa escola chamada Novo Horizonte, que fechou; depois em uma escola chamada Logos, que também fechou. Eram duas escolas de classe média e classe média alta de São Paulo, eu e meus irmãos éramos bolsistas, porque minha mãe era coordenadora da escola.

Tive uma infância bem amorosa no que diz respeito às relações familiares; eu tenho três irmãos meninos e morava com os dois mais novos, era a única menina. Meus pais são da área da educação: minha mãe era pedagoga, depois fez mestrado e doutorado na USP em Antropologia, e meu pai era professor de Português, em escolas particulares de São Paulo, e fez mestrado em Sociologia também na USP. Eu brinco que minha família é toda da FFLCH [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas], porque meus dois irmãos também fizeram FFLCH, o que era bom, porque todo mundo ia junto. Mas tinha uma distância, meus pais fizeram mestrado e doutorado quando eram mais velhos. Eu fui até na banca de doutorado da minha mãe e já estava na pós-graduação, por exemplo.

Estudei em escolas bem progressistas do ponto de vista político, fiz amizades que carrego até hoje, mas como em toda escola de elite de São Paulo, eu e meus irmãos éramos as únicas pessoas negras dos espaços. Quando não, tinham no máximo mais duas ou três famílias. Então, cresci muito nesse espaço bem comum para famílias negras que ascendem, que é o espaço da unicidade: a única família negra, a única aluna negra. Isso foi bem marcante durante toda minha trajetória, mas na USP isso mudou um pouco, porque a universidade compreende um universo maior. Mas, mesmo assim, na época que fiz a graduação e a pós-graduação ainda não existiam as políticas

Ampliando a linguagem do historiador

afirmativas, e, por isso, eu continuava sendo uma das poucas pessoas negras. Isso deve ter mudado nos anos recentes, espero que tenha mudado!

Sempre fui uma boa aluna, era *CDF*, não sei se essa expressão ainda existe, mas na minha época era frequente. Sempre gostei muito de História. Tive um professor específico que foi responsável por eu ser historiadora, meu professor de História da sétima série ou oitavo e nono ano.

Tive uma experiência de infância e adolescência relativamente tranquila, as questões materiais todas garantidas. A minha família não era de classe média alta, mas classe média bem média. E, sobretudo depois do governo FHC [Fernando Henrique Cardoso], as coisas melhoraram um pouco; pude fazer um intercâmbio de 40 dias, coisa que meus pais não puderam. Foi por pouco tempo, mas foi incrível, porque fui para a Europa com 15 anos junto das minhas amigas. Por acaso todo mundo foi pela mesma agência, então foi uma farra sem tamanho, foi muito bom.

Eu decidi que seria historiadora com 13 anos, então com 15 já sabia que ia fazer História, e por isso queria muito conhecer Paris e Londres. Meu pai tinha medo da filha negra indo sozinha para fora, tanto é que ele não me deixou ir para os Estados Unidos, ele achou que não seria uma boa ideia, mas deixou eu ir para Inglaterra. Foi uma super viagem e também foi muito importante para a definição de fazer História. Eu também gosto muito de ler, gosto até hoje de literatura, brinco que queria ser escritora e não deu certo, aí eu fui ser historiadora (risos). Gostava também de movimentos sociais, trabalhava em ONG, no GTPOS [Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual], era do grêmio estudantil da escola e a gente fazia festivais de música, chegamos, inclusive, a levar o Nação Zumbi pra escola, não era qualquer coisa, não (risos).

Tive uma formação crítica muito boa. Na adolescência, tive professores de História excepcionais, davam um curso muito mais voltado para faculdade do que para o ensino médio, então, quem gostava de História amou o curso, que foi o meu caso; quem não gostava, não entendia absolutamente nada que estava acontecendo (risos).

Lembro que a gente estudou a ideia de modernidade lendo Fausto, de [Johann Wolfgang von] Goethe. Então, eram umas coisas muito sofisticadas. Eu li [Robert] Darnton na escola, li [Edward Palmer] Thompson, li [Eric] Hobsbawm. Então, quando eu cheguei na Universidade, eu cheguei bem, tendo algumas referências do universo das ciências sociais.

Por incrível que pareça, entrei na USP pra ser medievalista; eu odiava história do Brasil, achava a coisa mais insuportável da face da terra. Quando entrei, eu queria aprender latim e passar anos na Europa visitando castelos, queria isso, bem eurocentrado. Mas aí, as coisas foram mudando. Eu não sei mais se funciona dessa forma, mas quando eu entrei tinha um ciclo básico que era uma sugestão das disciplinas que você podia fazer. Mas era uma zona! Você podia cursar qualquer disciplina em qualquer momento, não tinha pré-requisito para nada, sempre achei isso um pouco complicado e continuo achando. Mas nos dois primeiros anos eu segui as sugestões que eram dadas pelo ciclo básico, e aí calhou que, quando fui cursar História Medieval, o professor Hilário [Franco Jr.] tinha acabado de se aposentar, então estava numa situação difícil de não ter professor. Tinha outra professora que todo mundo falava que era muito brava, a Tereza Aline [Pereira de Queiroz], mas depois fui fazer a disciplina e achei ótima. O ponto é que eu demorei muito para estudar Idade Média na faculdade. Quando fui cursar a disciplina, eu já estava no último ano da graduação, com o mestrado encaminhado. Por isso o Brasil me pegou de jeito, antes de eu ter qualquer contato com a História Medieval.

Revista Epígrafe: Professora, a senhora poderia descrever um pouco como era a FFLCH na época da sua graduação?

Ampliando a linguagem do historiador

Ynaê Lopes dos Santos: Era um lugar bem curioso. Havia zona, as pessoas berrando “truco!” (risos). Eu entrei justamente no ano em que proibiram bebidas alcoólicas, então não peguei esse momento anterior. Mas era um espaço muito interessante, tinha muita gente diferente. E eu fiz uma coisa que acabou sendo legal: cursei os dois primeiros anos no vespertino e os dois outros no noturno. A FFLCH era um espaço bem plural, eu diria, mas o recorte do vespertino para o noturno era bem evidente. Então, o vespertino era uma coisa mais juvenil e classe média alta, lembro que não tinha nem onde parar carro, porque muita gente ia pra faculdade com o carro do pai. E a noite era um outro curso, com pessoas bem mais velhas, algumas eram mães e pais; as aulas tinham uma dinâmica melhor, o professor sabia que as pessoas estavam ali porque elas queriam muito estar ali. Depois que descobri isso, eu fiquei: “Nossa!” [risos]. Era um espaço bem plural, tinham vários debates políticos, a gente quase saía na porrada (dentro da esquerda, *né*, não sei como está isso hoje).

Consegui aproveitar bem várias coisas. Do ponto de vista institucional, consegui aproveitar várias coisas que a FFLCH tinha para oferecer. Eu cursei disciplinas em outros cursos da FFLCH: fiz na Letras, na Antropologia, na Sociologia, na Geografia, fiz inglês instrumental, francês instrumental, fiz várias coisas. Fui em algumas festas, participei de movimento de greve que, na nossa época, era bem frequente: teve uma greve bem extensa, que foi um pouco desesperadora, mas no final a gente teve êxito, conseguimos que a reitoria aceitasse que precisava contratar mais professores.

Revista Epígrafe: Aproveitando que você já falou algumas coisas sobre os professores, gostaríamos de saber quais eram as suas disciplinas favoritas e os seus professores favoritos. E, com relação às suas amizades, se tem alguma marcante que perdura até hoje, também no mundo acadêmico.

Ynaê Lopes dos Santos: O primeiro professor que me fez fazer faculdade de História foi meu professor da escola, chamado Ricardo Dreguer, que é autor de livros didáticos. Eu estava na oitava série, nono ano, e eu lembro que a gente fez uma atividade que foi muito incrível: a gente leu o Manifesto Comunista, Adam Smith e as cartas que o [Mikhail] Bakunin trocou não lembro mais com quem. E aí, a gente tinha que, a partir do que tinha estudado, definir qual doutrina era mais coerente [com] a teoria e a prática (anarquismo, comunismo e socialismo).

Eu lembro que, quando eu entendi que tinha de pegar o que as pessoas escreveram há não sei quanto tempo atrás e pensar sobre aquilo, me deu um maravilhamento que eu e um colega meu (era um trabalho em grupo) fizemos um super trabalho. Esse professor não dava 10 para ninguém, e ele avisou que alguém tinha tirado 10, foi uma comoção na escola, o negócio sendo emoldurado (o trabalho), depois passou por várias gerações... Foi um negócio assim: "Ahh!". E a gente tirou 10, o professor chorou, porque ele era super socialista e a gente escolheu o anarquismo... Mas eu lembro da sensação de pegar um documento e pensar sobre ele: "Cara, é isso que eu quero fazer pro resto da vida". Bom, é isso que eu estou fazendo desde então, né?

Mas na graduação eu tive muitos bons professores. Com certeza, o que mais me marcou foi o Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, acho que sou *ulpianete*. E aí, eu acho que fiz umas sete disciplinas com ele, tudo que ele oferecia eu fazia: História da Alimentação, História de sei lá o quê, Antiga I, Antiga II, tudo... Na pós, no doutorado, eu já tinha feito as disciplinas e fiz mais uma, enfim, eu gostava muito dele, era meio apaixonadinha pelo Ulpiano, ele foi um excelente professor. Eu tive o István Jancsó, que foi um professor também bem marcante, foi meu orientador de iniciação científica. Bom, eu tive aula com o Modesto Florenzano, que eu gostava muito; Maria Ligia Coelho Prado, de América, que eu amava também. Até cheguei a ficar com uma certa dúvida

Ampliando a linguagem do historiador

se eu ia para América ou ficava em Brasil; enfim, eu acabei optando, no mestrado ainda, em estudar Brasil. O Nicolau Sevcenko, também, o curso dele foi incrível... Era isso, eu e mais 125 pessoas assistindo o curso dele, para assistir tinha que chegar super cedo porque senão ficava para o lado de fora. Mas era isso, era *show*.

O Jorge Grespan... É isso, a gente ficava um semestre para ler no máximo 100 páginas, porque é isso: "Vai ler Hegel", aí entende e vai no miúdo, aí depois vai Marx... Excelente professor, excelente... Muito bom professor.

O Wilson Barbosa foi meu único professor negro e tinha uma pegada de ter sido militante também, e de falar isso na aula, de vincular a experiência dele com o que ele ensinava. O que tinha tudo a ver, o cara participou dos processos de independência de países africanos. Enfim, o cara era a História também, então isso foi muito bom. Esses, com certeza, foram os professores que mais me marcaram na graduação.

Eu fiz algumas amizades, é curioso. Eu fiz um grande amigo na graduação, que é meu melhor amigo até hoje, mas ele fez mestrado e doutorado e acabou migrando para a Educação, foi mordido pelo bichinho da escola e ficou, e ele era o que eu mais achava que iria virar professor universitário. [Ele] se chama Erik Hörner, mas trabalha hoje como diretor de escola. Mudou a chave! Eu tinha uma amiga também, a Cecília Winter, que trabalha hoje com Restauro, virou uma das grandes referências. A Juliana Bevilacqua foi minha amiga também, a gente era mais colega na faculdade e, depois, ao longo do mestrado e do doutorado a gente ficou bem mais próximas. Hoje ela é professora de Arte Africana, no Canadá. O Thiago Nicodemo, a gente também era mais colega e ficou mais amigo no final do doutorado, e, [no] começo da vida de concurso, a gente ficou bem próximo, e hoje ele é professor da Unicamp. Acho que esses são os que seguiram carreira acadêmica. Tem o Gabriel Passetti, que é meu colega hoje na UFF [Universidade Federal Fluminense] também. Acho que seriam esses. É isso, minha experiência foi muito pulverizada, ainda mais porque eu mudei de turno, então você passa a não encontrar as pessoas que você conhecia e, a partir, sobretudo, do segundo

ano, as pessoas vão organizando as disciplinas pelos interesses que elas têm. Então, até as pessoas que você conhecia e tinha esse coleguismo de aula, você, muitas vezes, perde. Então, acho que essas são as pessoas que eu carreguei.

Confesso que minha maior crítica para o curso de História: essa coisa de não ter turma, essa liberdade toda... Acho que as pessoas ficam um pouco perdidas. Eu lembro que eu tinha várias críticas, tive várias discussões com colegas meus que achavam o máximo. Eu nunca achei o máximo, não. Achava que não precisava ter uma rigidez eurocentrada, mas algum tipo de orientação, sobretudo porque, na minha opinião, eu não sei como funciona agora, mas quando eu fiz você entrava no bacharelado e, a partir do momento que você tinha 50% dos créditos, você podia também cursar a licenciatura na [Faculdade de] Educação. Eu, sinceramente, não consigo entender para que precisa de 270 bacharéis de História por ano, não precisa. Era isso que entrava quando eu entrei, 140 de manhã e 130 à noite. Mas eu entendo que precisa de 270 professores de História. Essa separação do bacharelado com a licenciatura, que passava quase por uma coisa de *status*, eu sempre achei muito complicada. Essa liberdade que justificava para quem optava em fazer a vida de bacharel, eu achava um pouco fantasiosa. O que você vai fazer com o bacharelado, sinceramente, a não ser fazer mestrado e doutorado? Eu diria, não sei qual é a porcentagem, mas que um percentual significativo das pessoas que se mantêm atuando com História se mantêm em sala de aula. Então, acho que tinha uma dissociação muito grande entre a formação de bacharéis e a formação de professores de História, e os meus professores não estavam muito preocupados, de forma geral, com a formação de professores de História. Salvo algumas exceções, o recorte era sempre para o bacharelado, e eu achava isso um tanto quanto complicado.

Ampliando a linguagem do historiador

Revista Epígrafe: Professora, vimos que a senhora recebeu menção honrosa no SIICUSP [Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP]. Nós queríamos saber, a partir disso, como foi a sua iniciação científica.

Ynaê Lopes dos Santos: Eu entrei para o PET [Programa de Educação Tutorial] quando estava na virada do segundo para o terceiro semestre, mas eu acabei ficando pouco tempo lá porque depois eu comecei a iniciação científica com o István. Ele tinha um banco de dados com vários viajantes que tinham feito registros sobre a escravidão no Brasil, e a proposta dele era que a gente trabalhasse com a questão da moradia escrava. E aí, ele propôs para um grupo de alunos e fomos caçando as bolsas. A gente estava em uma época... Não foi ainda a festa que foi depois, a festa feliz, que foi quando eu já estava no mestrado e no doutorado e tinha um número muito maior de bolsas de iniciação. Mas também não é o que é hoje... Se bem que vocês tem a FAPESP [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], acho que segura um pouco a onda, embora o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] e a CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] sempre tenham sido responsáveis pelo maior número de bolsas, eu imagino.

Bom, quando a gente começou a fazer essa pesquisa, o Robert Slenes publicou "Na Senzala, uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava", que era basicamente um dos melhores livros já publicados sobre moradia e escravidão no país. E aí, ele falou: "Nossa, o que a gente vai fazer? Se o Slenes já escreveu, não tem mais nada para fazer". E aí, a gente mudou; eram 4 meninas, e cada uma escolheu um tema. Tinha um rapaz também, que era meu amigo, mas depois ele acabou saindo, ainda no início do processo.

E aí, nisso, eu tinha acabado de ler o livro do João José Reis, "Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835", e eu falei: "Putz, eu quero saber por que que o Rio de Janeiro não teve uma rebelião, ou se teve e a gente não conhece

ainda". Eu sempre tive uma relação próxima com o Rio de Janeiro porque os meus pais são cariocas, então era um lugar que eu sempre frequentei a vida toda. E aí, eu decidi que ia pesquisar escravidão urbana no Rio de Janeiro pelo recorte da moradia escrava. Esse foi o recorte, mas antes disso a gente tinha que montar o banco de dados. Então, cada uma de nós ficou responsável por ler e fichar um desses viajantes. Se não me engano foram mais de 80 viajantes que a gente fichou, e a gente montou um banco de dados que você poderia acessar pelas questões que cada uma de nós queria estudar.

Quatro ou cinco entradas, além da entrada por viajante ou por região do país, e a partir da leitura disso eu fiz a minha pesquisa. No último ano da iniciação científica - que só estava eu porque as outras pessoas foram desistindo - eu ganhei a menção honrosa, que foi bem legal. Tenho até hoje um painel lindo que eu fiz, minha mãe que pagou para mim uma designer, todo bonitão, umas plotagens, o negócio tem 2m x 1m, é enorme! Foi muito legal e, para mim, foi muito importante, porque eu já estava no processo de querer fazer o mestrado.

Revista Epígrafe: Como foi essa passagem da graduação para o mestrado e como foram os primeiros contatos com o professor Rafael Marquese?

Ynaê Lopes dos Santos: Então, o que aconteceu: o István não era especialista em História da Escravidão. Ele gerenciava mais institucionalmente o grupo, ele coordenava o grupo e chamava especialistas que já fossem professores ou que estivessem fazendo mestrado ou doutorado para conversar com a gente. Então, por exemplo, a gente ficou acho que seis meses, pelo menos, sob a tutela do Luiz Geraldo Silva, que é professor no Paraná, porque ele estava fazendo pós-doutorado com o István, e uma das atividades dele era orientar a gente nos estudos sobre historiografia da escravidão.

Ampliando a linguagem do historiador

O Rafael [Marquese], nesse momento, estava fazendo o doutorado dele, então ele participou de umas duas ou três reuniões com a gente também, fazendo esse meio de campo, trazendo questões interessantes. Quando eu estava já para me formar, abriu justamente uma vaga de História do Brasil no Departamento de História. Eu falei: "Poxa, Istvan, eu não sei com quem eu vou fazer". Tinha a Maria Helena P. T. Machado, mas no momento que eu entrei no mestrado, que eu queria entrar no mestrado, a Maria Helena tinha meio que mudado a agenda de pesquisa dela. Ela falou que tinha umas coisas meio da Índia, depois ela até voltou... Acho que foram os 6 meses que eu precisava, ela não estava muito ligada nas questões de escravidão (risos). Agora ela obviamente voltou...

E aí o Istvan falou: "Torça para o Rafael passar!" E aí ele passou. Quando o Rafael passou, eu já tinha sido aprovada no mestrado? Não, eu não tinha sido aprovada no mestrado. Mas demora um tempo para o professor que é aprovado entrar na pós, então acho que os primeiros seis meses eu entrei pela tutela, em tese sendo orientanda da Márcia Berbel, e o Rafael já estava me orientando nos bastidores. E quando o Rafael pode me orientar oficialmente, eu migrei e já fiz o pedido de bolsa, que consegui depois de fazer sete versões de projeto (o Rafael é uma pessoa bem exigente). Então é curioso, porque eu nunca fui aluna do Rafael, eu fui a primeira orientanda dele, mas eu nunca fui aluna. Todo mundo diz que ele é um excelente professor, e eu acredito piamente porque ele é um *cabeçudo*, sabe muito.

O meu mestrado já estava muito bem delineado. O que eu queria era ampliar o que eu tinha feito na iniciação científica e ter a experiência de ir para os arquivos no Rio de Janeiro. O Rafael foi ótimo em me ajudar a organizar isso, em fazer contatos com outros professores. É que aí eu fui morar no Rio de Janeiro, *né?* Eu fiz o primeiro ano das disciplinas morando em São Paulo, e passei o segundo ano morando no Rio para fazer a pesquisa em arquivo, que foi quando eu vim para o Rio de Janeiro e meio que nunca mais voltei (risos). Quer dizer, voltei. Tive que voltar algumas vezes, inclusive por

causa do doutorado, mas já estava meio definido ali que eu queria morar no Rio de Janeiro. Foi muito boa essa experiência de pesquisa no arquivo, o Arquivo Nacional, eu lembro de ver o Flávio Gomes fazendo pesquisa e falar: “Nossa!”; de ir para a Biblioteca Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que é o lugar em que eu mais fiquei fazendo pesquisa. Foi uma experiência ótima e foi uma boa relação de orientação com o Rafael nesse momento. No doutorado, a gente se estranhou um pouquinho, depois ficou tudo bem. Mas meu mestrado foi, talvez, a experiência mais feliz, mais tranquila.

O doutorado foi um pouco mais turbulento. Doutorado é um *troço* mais sério, a verdade é essa; doutorado é como você se apresenta para esse mundo acadêmico, então ainda fiquei, em alguns momentos, um pouco assustada. Teve um período que deixei de ser bolsista de iniciação científica. Eu continuei a iniciação, mas eu não ganhava bolsa, e eu dei aula nesse período. E também entre a graduação e ganhar a bolsa da FAPESP... Essas duas experiências, sobretudo a segunda, que foi numa escola muito bacana de São Paulo, uma escola toda alternativa. Cara, para mim, ficou muito evidente um hiato entre o que eu estava estudando e o que era ensinado nas escolas. Quase não tem a ver, parece que são coisas distintas, e eu comecei a ficar muito crítica à forma como a gente escreve.

Embora eu ache que o rigor acadêmico seja muito importante, eu acho que tem um tanto de um academicismo que é meio que para referendar a si próprio. Isso acaba criando uma barreira para que as pessoas entendam e acessem as pesquisas de História. O que as pessoas vão fazer? Elas vão ler coisas que não são tão profundas, mas que têm uma linguagem muito mais fluida, que são jornalistas escrevendo. É isso, eu vou criticar as pessoas? Eu não vou criticar as pessoas. Vou criticar quem? Os historiadores, porque a gente escreve para gente!

Ampliando a linguagem do historiador

Essa é uma discussão que acho importante. A gente tem que ter esse rigor, sobretudo nos textos acadêmicos, mas não pode só escrever para nós mesmos. Então, eu digo isso para os meus alunos, sempre falo: “Vocês têm que pensar que a História e o pensamento crítico histórico tem que estar em todos os lugares: tem que estar na série do Netflix, tem que estar na novela da Globo que é um lixo, tem que estar em todos os lugares, tem que estar na escola, na sala de aula”. Então, no doutorado, isso para mim ficou muito explícito... Quase tão importante quanto o que eu estava dizendo, era como eu ia dizer o que eu estava dizendo. Eu não queria escrever tão academicamente. Um dia, o Rafael falava: “Ai, Ynaê, deixa essa pegada jornalística!” Ele ficava *puto*, porque eu fazia uns floreios e ele falava: “Vai direto para o ponto, Ynaê”.

O doutorado, eu acho que no meu caso especificamente, eu fui muito afoita. Eu podia ter esperado um ano... Se eu tivesse esperado um ano, eu acho que eu teria feito um doutorado melhor, eu acho que eu fui meio crua. Isso é uma coisa que eu também falo para os meus alunos: o doutorado é um negócio que tem que ter certeza, é tipo um casamento, se der ruim não vai ser bom, não. E ainda tinha essa coisa de estudar um outro país que eu conhecia muito pouco. Eu tinha uma visão idílica da Revolução Cubana. Mas acabou sendo uma experiência ótima! A melhor parte, sem sombra de dúvida, foi ir para Espanha e ir para Cuba.

Foi visitar arquivos diferentes, com outro tipo de organização. Os arquivos espanhóis são muito organizados, é uma coisa impressionante. E é curioso, porque o [idioma] espanhol mais antigo se parece muito com o português. Então, eu não falava espanhol. E deu certo, porque quando eu fui para Cuba estava tudo bem, funcionou, só não falava com aquela... Os cubanos parecem que tem um ovo na boca, em relação aos espanhóis, é mais difícil de compreender, e é um outro ritmo. E a experiência em Cuba que é um negócio maravilhoso. Difícil, mas, ao mesmo tempo, maravilhoso. Caos! Quando eu lembro dos arquivos, eu penso: “Meu Deus, vontade de sentar e chorar!”. E

eu lembro que foi uma viagem difícil, porque a primeira vez que eu tentei fazer essa viagem, eu tive meu visto negado. E pelo cronograma que eu tinha apresentado para FAPESP, eu tinha que fazer pesquisa de campo, eu tinha que entregar alguma coisa, eu tinha que fazer análise de documento. Então, o que eu fiz? Eu inverti, ao invés de ir primeiro para Cuba, eu fui para Espanha. E isso acabou sendo determinante na pesquisa, porque quando eu fui para Espanha, eu fiz o primeiro levantamento das fontes, e em Cuba foi muito atrelado a esse levantamento que eu tinha feito.

A segunda vez, para eu conseguir ir para Cuba, foi um negócio de pedir ajuda para o Frei Beto, para explicar que era um estudo sobre o século XIX. Porque a questão racial é uma questão tensa ali para o regime socialista, porque é uma questão ainda não resolvida. Cuba é um país profundamente racista, assim como o Brasil. Então, demorou para eu conseguir, mas eu consegui no ano seguinte; fui, fiquei quase 2 meses em Cuba, foi muito bom. Mas o meu desespero foi que eu demorei para conseguir localizar os documentos; em parte porque eu desconhecia os arquivos, em parte porque os arquivos eram pouco organizados, sobretudo Arquivo Nacional cubano. E eu lembro que, quando eu encontrei o que eu precisava, que eram uns processos criminais, faltava dois dias para eu ir embora. Então é isso, eu falei: "Meu Deus, faltam dois dias para eu ir embora e eu achei!". E eram três caixas. E eles deixavam tirar foto, mas eles cobravam por foto, e era, sei lá, um dólar por foto. "Mas são três mil fotos, eu não tenho três mil dólares, não existe isso". E aí eu dei uma chorada lá para a moça do arquivo, levei muito sabonete Phebo porque me ajudou.

Dava pra as pessoas sabonete, Aspirina, levei isso tudo na minha mala. Eu fui pelo México e a minha mala foi aberta, e o cara falou... Tinha macarrão, um monte de pacote de miojo, biscoito, muito biscoito, muito sabonete e uma quantidade não muito grande de Aspirina. Aí o cara do México abriu e falou: "O que... Tá louca?". Aí eu falei: "Eu estou entrando para Cuba". E ele falou: "Ah, tudo bem, vai lá, vai na sorte, *fia*".

Ampliando a linguagem do historiador

Então, eu fui em 2010; já tinha uma abertura, óbvio, mas ainda era bem difícil. Acesso às coisas, eu lembro que é isso, eu gastei... Eu fiquei mais tempo na Espanha do que em Cuba, mas a viagem de Cuba acabou sendo uma viagem muito mais cara, porque você vai num universo de um turista, então você paga tudo com CUC [Peso Cubano Convertível], que é uma moeda que atualmente equivale ao euro mais ou menos, entre o dólar e o euro. Então, foi uma viagem cara, porque para ficar em casa de família, eles cobram. Eu lembro que eu não tinha opção, eu não suportava comer ovo, mas não tinha opção. Ou eu comia ovo ou eu não comia proteína, mesmo gastando um dinheiro bom para ficar na casa. É isso, eu gastava, sei lá, 50 dólares por dia, era um preço bem bom.

Foi incrível, foi uma experiência incrível. Os cubanos são muito atenciosos, sobretudo o professor Venegas, que me recebeu lá. Foi comigo no arquivo, me apresentou todo mundo, falou: "Olha, você provavelmente vai ter que pesquisar nessas pastas". Enfim, sou louca para voltar, eu teria voltado se não fosse a pandemia, porque eu estou continuando a pesquisa do doutorado agora. Mas a pandemia... Quer dizer, primeiro a gravidez, que eu fiquei grávida sem saber que eu ia ficar grávida. Essas coisas acontecem na vida das pessoas (risos). E aí, logo depois, a pandemia. Vamos ver se eu consigo, sei lá, ano que vem [2022], se os cubanos me aceitarem eu vou tentar ir para lá.

Mas é um país muito racista, então eu senti bem isso. As pessoas achavam que eu era cubana, o que era bom e não era, por exemplo: nenhum táxi parava para mim em Cuba! Então, nas duas vezes que eu saí para dançar salsa, eu voltei a pé. Eu tinha um ritual lá, então eu fazia todo dia a mesma coisa: eu chegava no arquivo (ia andando para o arquivo), aí chegava lá quando o arquivo estava abrindo, passava o dia no arquivo. Acho que fechava umas 16h ou 16h30min, fechava relativamente cedo. E aí eu voltava andando de novo e sempre parava na Coppelia, que era a sorveteria. Todo dia eu parava e ia, porque tem a fila para os turistas e a fila para os cubanos - e obviamente

eu pegava a fila dos turistas. Toda vez eu ia para a fila dos turistas, aí vinha o guarda, geralmente gentil, pedia para eu sair da fila, aí eu mostrava que eu era brasileira, ele pedia desculpa.

Mas foi muito bom, a família que eu fiquei na casa era ótima. A gente tinha vários embates nos jantares, eu ficava defendendo o governo cubano e eles acabando com o Fidel Castro. Eles achavam que o Brasil era a saída, o Brasil de Lula... É, mas não é, né? Eles tinham essa imagem do Brasil da democracia racial. Eu falei: “Olha, isso aí não é o Brasil, não. O Brasil é um país que tem muito mais pobreza do que Cuba, muito mais, nem se compara”. Mas era curioso. Isso obviamente desmontou muito do que eu achava do socialismo cubano, que tem várias questões, obviamente, mas que também tem muita coisa interessante. Sobretudo, eu vivia um outro tempo, era um outro ritmo.

Eu lembro que eu chegava em casa depois de ter passado o dia no arquivo - e era o dia, literalmente, eu chegava às 8h, às 9h, e ficava até as 16h. Sei lá, oito horas de arquivo e depois tomava sorvete. Eu chegava em casa e ainda estava dia, eu pensava: “O que eu vou fazer? Não tem nada para fazer.” As pessoas sentavam, colocavam cadeirinha do lado de fora da varanda. Não era nem próximo do que é hoje, essa coisa frenética de rede social, mas já tinha, sei lá, acho que já tinha Facebook? Já tinha Facebook. Enfim... foi uma super viagem e foi fundamental na minha experiência. E foi muito bom, porque eu vivi um momento em que pesquisadores brasileiros podiam estudar outros lugares que não só o Brasil. Porque a gente é muito competente, historiograficamente falando, nos estudos das diversas questões da história brasileira, isso não resta dúvida, sobretudo na minha área de história da escravidão, né? Os grandes nomes da história da escravidão estão no Brasil. Mas ainda era muito pouco usual você ter brasileiros pesquisando fora, então eu fiz parte desse movimento, eu e outros colegas meus, logo depois. É isso, o governo Lula e o governo Dilma permitiram que a gente fizesse isso com qualidade, pudesse passar meses fora.

Ampliando a linguagem do historiador

Então, eu lembro que quando eu voltei dessa viagem, a FAPESP criou uma outra forma de intercâmbio. Era uma coisa um pouco menos rígida, porque ou eu fazia essas viagens mais pontuais, usando a reserva técnica para fazer pesquisa, ou eu era recebida por uma instituição e fazia um sanduíche. No meio do caminho eles mudaram e criaram mais uma opção, você passava três meses... Eu não lembro direito, porque como eu não ia mais usar, eu não prestei atenção direito no que era, mas eu sei que outros orientandos do Rafael fizeram isso.

Revista Epígrafe: Aproveitando que a maioria dos nossos leitores são alunos de graduação que estão desenvolvendo pesquisas, quais foram os maiores cuidados com as fontes que você teve em suas análises e como é o processo de escrita acadêmica para você? Você percebeu um desenvolvimento ao longo dos anos?

Ynaê Lopes dos Santos: Olha, tem uma questão: como eu trabalho com os séculos XVIII e XIX, há uma questão física. Vou até confessar um negócio aqui que não foi legal, mas que eu não tinha muita gerência. O Arquivo Nacional de Cuba é muito precário. O ar condicionado não existia, não sei se mudou, mas não existia. Tinha, quando muito, um ventilador, então eu pingava em cima dos documentos, era desesperador, porque eu ficava tentando não pingar, entendeu? Era muito pouco cuidado. Foram experiências quase que antagônicas: na Espanha, a documentação era guardada, arquivada com muito cuidado, os documentos mais sensíveis estavam todos microfilmados. Eu tenho problema, não sei se é por causa da miopia, astigmatismo, eu passo mal lendo aquele microfilme, então para mim ele é bem desesperador, mas eu li, sobretudo na Espanha. E em Cuba, zona, era isso. Eu pegava a caixa, a caixa eram documentos de 1810 a 1852, mas era muito documento que não tinha data. Muda tudo de 1810 a 1852. Era muito difícil, teve uma parte em Cuba que eu tive que organizar a documentação das caixas, falar: "O que não tem data, eu não vou usar", e separar as

coisas que eu poderia usar, que estavam datadas. Mas foi uma experiência muito, muito boa. E o cuidado de sempre [usar] máscara e luva em qualquer um dos arquivos, mas luva principalmente. Máscara eu não usei tanto em Cuba, mas luva eu levei bastante, então deu para usar. A Biblioteca Nacional José Martí também foi muito boa, tinha muita coisa, e como eram impressos, era mais fácil de manusear.

E no que diz respeito a essa escrita acadêmica, embora eu tenha tido uma experiência muito positiva no mestrado, o doutorado tem esse peso. Você tem que defender uma tese, você não está fazendo um levantamento. E eu quis fazer isso, ao mesmo tempo em que eu queria escrever de um outro jeito, então foi muito conflitante. Essa foi a parte mais difícil, hoje eu não sei se eu faria isso, talvez eu tivesse só feito a tese e teria tentado escrever de uma forma menos acadêmica para depois do doutorado. Eu queria escrever de forma acadêmica, mas sem perder o rigor, mas muitas vezes, isso pode acontecer. Isso foi o que deu algumas rugas com o Rafael, porque ele era super contra, o Rafael é super certinho, e eu queria dar uma ousada ali no negócio. Mas, no fim, eu acho que deu certo. Foi um doutorado que, para mim, acabou sendo uma experiência ótima, me abriu para a América, e hoje eu sou professora de História da América lá na UFF; a minha ligação com a América se deu por Cuba, e agora eu continuo estudando Cuba, mas também Haiti, Estados Unidos, passando pela questão racial e pela questão da escravidão no século XIX.

Uma coisa que o Rafael me falava, e eu confesso que eu não dava a devida importância, mas hoje eu falo para todos os meus orientandos: nunca na sua vida você vai ter um tempo para fazer uma pesquisa como o doutorado, nunca, nunca mais. O meu deu tudo certo, eu virei professora universitária... Nunca mais eu vou ter esse tempo. Porque aí a vida continua, quem quer ter filho, tem filho... Obviamente, para mulher isso tem um outro peso, você tem que parar a sua vida, sair de licença, amamentar, demora para você voltar. Dizem algumas pesquisas que o cérebro da

Ampliando a linguagem do historiador

mulher demora dois anos para voltar. Quando voltou, eu engravidei de novo, meu Deus... Agora que meu filho caçula tem dois anos, que eu brinco que o meu cérebro está começando a engrenar de novo, porque é isso, a gente esquece coisa, enfim, é uma loucura o que o corpo faz para a gente sobreviver. E isso o universo acadêmico simplesmente ignora. Absolutamente ignora. Então, se eu vou, por exemplo, competir por uma bolsa de produtividade, eu obviamente vou sair perdendo, porque eu fui mãe de duas crianças. No momento em que eu comecei a minha vida profissional efetiva ali no CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil], no ano seguinte eu já estava grávida. Os últimos cinco anos da minha vida são sendo mãe também. Obviamente eu publiquei muito menos, eu não pude fazer pesquisa - eu e qualquer mulher que tenha passado por isso. É muito comum que as mulheres da nossa geração, da minha geração, tenham experiências próximas, que esperem acabar um doutorado, ter um emprego, para engravidar - aquelas que querem engravidar.

Enfim, isso também é uma questão que agora começou a ser pontuada. A UFF agora tem umas condições melhores para as mulheres que são mães recentemente; o CNPq, se eu não me engano, o Lattes agora abriu essa entrada para dizer que você esteve em licença maternidade, para que nas avaliações isso seja considerado... Mas, mesmo assim, tem um fosso. É só você pegar quem são os bolsistas de produtividade: na sua imensa maioria, homens. Imensa maioria. Porque o patriarcado continua, não parou no século XIX, não. Está aí, ainda dando as cartas do jogo.

Revista Epígrafe: E como foi para você escrever o livro “História da África e do Brasil Afrodescendente” e as dificuldades? Pensando ainda sobre o academicismo e a escrita acadêmica, quais foram os maiores desafios?

Ynaê Lopes dos Santos: Foi muito curioso! Erik Hörner, meu amigo que trabalhou comigo, foi chamado por uma grande editora, pois tinha uma amiga que trabalhava

nessa editora, para escrever um livro didático sobre a questão negra, por causa da Lei 10.639. Ele falou: “Bom, não sei nada”, então me convidou para fazer no lugar dele, daí eu fiz um contrato com a editora, chamada Yendis, de São Paulo. Eu fiz a primeira versão, mandei para minha mãe, que é pedagoga. Ela disse: “Minha filha, seus alunos não tem sete anos!”. Era justamente isso: como você escreve para um público que é juvenil, que está na escola, mas que, enfim... A ideia era que o livro fosse amplo, então a linguagem tinha que ser acessível para quem estava no Fundamental II até a Universidade. Como o tema é, infelizmente, ainda pouco estudado (e sobretudo a História da África), tem gente da Universidade que utiliza o livro. Isso me surpreende, porque eu não pensei para isso, pensei para ser utilizado pelo público escolar.

Eu escrevi o livro e aí eu reescrevi. Quando eu estava fazendo o pós-doc, a FAPESP abriu um edital para auxílio para livros paradidáticos, e eu submeti e ganhei. Só que eu era super inocente... Eu ganhei, mas ganhei pedindo dinheiro para uma gráfica, olha que loucura! Na rubrica, eu coloquei: “Vai gastar não sei quantos. O dinheiro vai ser gasto todo para a gráfica”. Mas se eu utilizar o dinheiro para a gráfica, o que eu vou ter é uma cartilha, não vai ser um livro. Então eu comecei a empreitada de achar uma editora que topasse publicar o livro, e aí eu achei a Palaci. Eu tinha uma amiga que já tinha trabalhado na Palaci que me indicou e eles adoraram a ideia... Aí eu tive que justificar para a FAPESP a mudança de rubrica: eles não mudariam o que tinham investido naquele projeto. Eu expliquei para eles que era muito mais interessante um livro, na verdade mil exemplares, do que um caderno. Eles toparam. Isso foi em 2015, que eu ganhei, mas demorou um pouco para o dinheiro cair, fiquei grávida, nasceu minha filha... Mas quando a Teresa nasceu, eu acho que já tinha entregado o livro e aí em 2017, no primeiro trimestre, eu fiz algumas mudanças pontuais porque o livro que eu havia feito para editora anterior tinha muita imagem, tudo colorido, enfim... A Palaci disse: “Não sustenta, sairia muito caro”, e eu também

Ampliando a linguagem do historiador

tripliquei o tamanho do livro. O livro que eu tinha feito tinha umas 60 páginas, e, o que eu tinha entregado para a Palaci, tinha umas duzentas. Com as imagens, deu um livro de umas 400 páginas. Ele foi publicado em 2017 e foi ótimo, um livro que eu gosto muito porque eu fiz para o público escolar! É um livro que ajuda professores, que ajuda alunos do ensino fundamental e médio e, às vezes, até da universidade que não tiveram contato com esses conteúdos.

Foi uma super experiência, mas muito marcada por essa questão do ensino de História. Era: “Como ensinar História? Como pensar a História, ainda nos moldes eurocentrados, mas que possa permitir um contato efetivo com as histórias africanas ao longo de nosso currículo (que eu sou super crítica, mas que é o currículo que a gente tem)?”. Eu queria um livro que fosse pragmático. Eu não vou mudar o mundo agora (pelo menos não agora)! Então a ideia desse livro era essa: eu quero que qualquer professor possa abrir esse livro e utilizar em sala de aula. Se está utilizando Grécia, tem como fazer conexão. Se está ensinando processo de independência das Américas, tem como fazer conexão. Então, a ideia era um pouco essa.

Revista Epígrafe: Queríamos saber também como é a carreira de docente na UFF, onde a senhora dá aula atualmente.

Ynaê Lopes dos Santos: A UFF é um dos melhores, se não o melhor curso de História do país. Então, eu brinco lá no departamento: “Olha, gente, metade da minha bibliografia está aqui”. Mas enfim, meu concurso foi em 2018... Foi uma coisa louca: fui aprovada no dia 26 de outubro, no dia 27 descobri que estava grávida, no dia 28 Bolsonaro foi eleito. Foi bem complicado... Eu fui chamada, efetivamente, para a UFF no final de abril. Final de abril eu estava com quase oito meses de gravidez. Então eu dei um mês de aula e saí de licença maternidade. Quando eu ia voltar, veio a pandemia. Então a minha experiência na UFF, no departamento de História, é uma experiência de

um mês. Eu não conheço, pelo menos, 80% dos meus colegas. Eu sei, obviamente, quem eles são, mas eu não conheço de conversar, de ver, e eles também não me conhecem. Na verdade, eu conheci duas professoras novas porque nós três assumimos a Revista Tempo. Então, assim, está sendo uma experiência muito interessante, mas que está demonstrando uma coisa que eu não imaginava tanto: é muito trabalho! E é isso mesmo. Se você acredita no ensino público de qualidade, você tem que ter o engajamento no ensino, na pesquisa, mas também tem uma questão burocrática, porque a universidade tem que funcionar. Não sei quantas comissões, orientar alunos de TCC... Você pode ter, sei lá, 80 alunos de TCC, e você tem que orientar os 80, porque essas pessoas têm que se formar. Então, tinha uma coisa de fazer a faculdade funcionar, era uma dimensão que eu não tinha, porque eu vinha de uma experiência do CPDOC, que era um centro pequeno e bem elitizado, com vários funcionários. Coisas que eu faço hoje na Revista Tempo jamais imaginei que eu faria, porque antes tinha um secretário específico. É bem a vida como ela é.

Para quem se envolve realmente, as 40 horas não dão conta (risos). Dedicção exclusiva e o salário não é bom (risos), porque é muito trabalho! Mas é óbvio que eu estou brincando, porque estamos num país em que a situação está cada vez pior. Mas, efetivamente, eu tive uma perda salarial de um emprego para o outro muito significativa... A carreira da UFF vale muito mais a pena, mas, nesse momento que estou na carreira, ainda estou no estágio probatório. Então, em tese, eu ainda posso ser mandada embora, ser exonerada, de forma bem simples, se for o caso. Mas é isso, é um monstro a universidade, de tamanho, de dimensão, é um negócio enorme. Mas, ao mesmo tempo, eu fiquei muito feliz de estar na UFF durante a pandemia porque, uma das coisas que achei mais bonita da instituição, foi que as aulas só começaram quando estava garantido que todos os alunos tivessem condições de acessar essas aulas. Então foi feito um levantamento super cuidadoso de quem tinha internet em casa e quem

Ampliando a linguagem do historiador

não tinha, quem tinha celular e quem não tinha, quem tinha computador e quem não tinha.

A partir desse levantamento, a UFF foi atrás de comprar *chip*, comprar computador, comprar celular para que todos alunos tivessem acesso. Então tem essa coisa, que é a coisa bonita da República, da coisa pública, que me deixa muito feliz e faz com que eu entre nas comissões, enfim... Porque isso é uma escolha, meu departamento é gigante, talvez um dos maiores do país. Então tem gente que se envolve nisso e gente que não se envolve, mas eu considero uma função fundamental disso que eu sou, uma servidora pública. Então, eu tenho essa função, que não se limita só a ensinar e pesquisar, que faz parte de fazer com que a UFF exista, que os alunos que fazem iniciação científica sejam avaliados, que nos permita pensar em outras políticas afirmativas para os alunos cotistas... É bastante trabalho! Mas é o trabalho que eu acredito, então é muito bom estar no lugar que você quer estar, acreditando que esse é o melhor lugar que você pode estar. Essa é a situação que eu vivo hoje... Apesar de vocês sabem quem, mas enfim, isso vai mudar.

Revista Epígrafe: E como está o campo de pesquisa sobre as relações étnico-raciais e mundo afro-atlântico? Vimos que você tem um trabalho na FGV [Fundação Getúlio Vargas] sobre intelectualidade e inteligência negra.

Ynaê Lopes dos Santos: Na verdade, esse é o meu projeto de pesquisa pela FAPERJ [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro]. A FAPERJ tem um edital que é de jovens cientistas do nosso estado, então ela patrocina a pesquisa de jovens cientistas. Cientistas que tenham defendido doutorado em até dez anos. Eu ganhei essa bolsa justamente em 2018, quando eu ainda era do CPDOC, e quando eu mudei para a UFF a bolsa foi comigo. Só que era uma bolsa na qual estava prevista uma análise conjunta de três intelectuais negros das Américas e homens que tinham nascido no

século XIX e tinham vivido e virado do XIX para o XX. Então, eu escolhi trabalhar com Manuel Quirino, no Brasil, com o livro do [primeiro nome] Allion, em Cuba, e do [primeiro nome] Góes, nos Estados Unidos, para fazer uma história conectada e comparada ao mesmo tempo.

O foco principal era entender como os intelectuais negros entendem a escravidão recente e abolida nesses países. A questão é que eu precisava ir para arquivo. Tanto aqui – porque boa parte das coisas do Manuel Querino estão na Bahia –, quanto em Cuba e nos Estados Unidos. Então, é uma pesquisa que vai ser adaptada, provavelmente. Se tudo der certo, eu vou conseguir fazer Brasil e Cuba e vou ter que deixar os Estados Unidos para outro momento, porque, além dele ser o homem que mais escreveu no mundo – nem que eu quisesse poderia ler tudo que ele publicou num tempo tão curto, também atrelando a outros documentos do século XIX –, eu não pude ir para os Estados Unidos. Eu ia para Harvard, estava tudo certo, e veio a pandemia. E o problema é que essa bolsa você tem prazo para gastar o dinheiro, então eu corro o risco de ter que devolver tudo que eu ganhei para a FAPERJ (porque se eu não viajar eu vou ter que devolver o dinheiro, não vou inventar nada). Mas, por causa da pandemia, eles ampliaram o prazo de gasto desse dinheiro. Então, na verdade, eu teria até esse ano para gastar, mas eles me deram mais um ano. Então eu quero ver se em julho do ano que vem eu vou para Cuba; uma parte do material eu já coletei, mas é pouca coisa para fazer um estudo mais largo. Mas enfim, essa foi a forma que eu encontrei de reconfigurar a pesquisa na minha vida, que é não abandonar completamente a escravidão, mas atrelar ela a essas três questões: a escravidão, o pós-abolição e a intelectualidade negra. Essa é a chave que eu estou operando agora para fazer pesquisa, e já tenho até outras na cabeça, mas veremos como ela se desenvolve, descobrindo pessoas no meio do caminho.

Revista Epígrafe: Como a senhora vê a aplicação da lei que estabelece o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras?

Ynaê Lopes dos Santos: Olha, eu entendo essa lei como algo fundamental, porque a gente precisa recontar a história do Brasil. Eu sei da história dessa lei, ela é fruto dos movimentos negros e indígenas, mas, ao mesmo tempo, essa lei foi pensada e promulgada em um país, e está sendo aplicada em outro, que tem outro governo. Então, para que uma lei como essa se efetive, você precisa, além de formar bem os professores – isso significa cursos, materiais didáticos –, você precisa vistoriar se essa lei está sendo aplicada, e isso não acontece, sobretudo nesse momento de retrocesso em que, por exemplo, você não pode falar de candomblé porque você tem uma vigília de intolerância religiosa muito grande. Claro que hoje temos uma série de avanços, sem sombra de dúvidas. Eu sou professora do programa ProfHistória, tenho dois orientandos que pesquisam exatamente a aplicação da lei 10.639/2003, mas, infelizmente, ainda há uma generalização de pensar que você pode transformar as experiências negras e indígenas numa caixinha que você abre no dia 19 de abril e no dia 20 de novembro e depois você fecha. Aí você continua dando a história que realmente importa. Você precisa mudar radicalmente a forma com que a gente entende a história do Brasil, essa é a minha militância. Se eu tenho uma militância, é fazer com que o ensino de história no Brasil seja implodido, realmente não dá mais.

Eu estou escrevendo um livro. Eu estava dando de mamar para o meu filho, que devia ter oito meses, e aí aconteceu o assassinato do George Floyd e eu fiquei muito tomada por aquilo, tive uma crise de choro, e pensei numa estrutura de livro. Escrevi, mandei de madrugada para o editor que nem me conhece pessoalmente, mas tinha me convidado para um debate de um livro da Todavia. Eu falei: “Quero escrever esse livro, você topa?”, e ele: “Topo!”. E aí eu estou terminando agora, que se chama “Uma breve história do racismo no Brasil”. Para mim, está sendo uma super experiência, que

é atravessar toda a história do Brasil tentando pensar as ações do Estado Nacional brasileiro no que diz respeito às questões raciais, desde 1500 a 2021. É um livro que é pensado para o público amplo. Não tem trabalho de fonte primária, embora eu cite algumas coisas. É um outro material, digamos assim. Eu estou agora, nesse exato momento, escrevendo sobre a ditadura e não há trabalhos. Tem cinco trabalhos sobre ditadura militar e questão racial. A própria historiografia brasileira mais progressista tem dificuldade de olhar para essa questão porque você encaixota a questão racial em alguns aspectos e é ali que elas podem entrar. Mas a questão racial atravessa toda a história do Brasil, toda! Essas leis são um lembrete para uma mudança muito maior que precisa ser feita.

O Brasil ainda tem uma história muito eurocentrada. Eu sempre dou esse exemplo: eu, por muito tempo, dei aula de Império Romano. A gente ficava um tempão estudando o Império Carolíngio. Desculpe, não faz sentido. E não só o Império Carolíngio, a gente fica chafurdando em coisas que não fazem o menor sentido em um país gigante, que tem uma história gigante que está ligada diretamente a África, que tem uma outra história gigantesca, e a gente está falando de... Enfim. Eu gosto do Carlos Magno, não tenho nada pessoal contra ele, não (risos), mas são essas escolhas eurocentradas. Isso não é aleatório, essa é que é a questão. É para não saber. É para não saber a Revolução do Haiti, para não saber a Revolução de Tupac Amaru, é para não saber o nome de todas as etnias que foram assassinadas nos primeiros anos da colonização brasileira; é para não saber agências dos movimentos negros brasileiros que levaram ao fim da escravidão, no abolicionismo (a história que a gente tem do abolicionismo ainda é muito ruim, sobretudo não na academia, mas fora dela). Nós temos um país inteiro para reconstruir, e o problema não é só o Bolsonaro, não, ele é o *crème de la crème*. Mas nós temos processos anteriores que explicam, inclusive, o fato

Ampliando a linguagem do historiador

desse homem ter sido eleito. A gente não pode esquecer disso: ele foi eleito. Com *fake news*, ok, mas ele foi eleito. Com seus 25/30% que se mantém fiéis ao que ele representa. Temos que dialogar com isso, encarar isso de frente. Acho que uma das nossas funções, que escolhemos fazer e falar sobre história, é reescrever a história do Brasil inteira.

Eu gosto de história da África, tenho uma relação de aprendizado frequente, embora eu não seja especialista, que é assim: estudar a África me faz pensar o mundo de outro jeito, é inevitável, eu tenho que sair da caixinha do eurocentrismo, tenho que ler outras pessoas, eu tenho que entender outras formas do mundo funcionar, se não eu não entendo e vou continuar a reproduzir um monte de estereótipos. Então, eu acho que nós temos, mais do que qualquer coisa, essa oportunidade de recontar a história não só do Brasil, mas das Américas, do mundo – mas a gente pode começar com o que é nosso. Fica aí minha sugestão, inclusive para vocês, essa nova geração.

Revista Epígrafe: E, por fim, quais sugestões você deixa para os historiadores e historiadoras que nos leem?

Ynaê Lopes dos Santos: Primeiro, que nunca deixem o senso crítico se desvanecer. O historiador é, antes de tudo, uma pessoa chata (risos), tem que ser assim. Nós não somos jornalistas, o saber que produzimos tem um tempo, ele decanta. Agora que começou a micareta racial, começou novembro, começou um monte de jornalista a me ligar pedindo o negócio no mesmo dia, é um outro tempo. Nós temos que manter o cuidado com as ferramentas de trabalho que temos. Nossa ferramenta maior é o tempo, é isso que a gente analisa, então não teremos respostas daqui a dois, três dias. Acho que isso não deve mudar, nós temos que nos aprofundar nisso, com um olhar crítico para o mundo, para as fontes, para a história, para o tempo, mas temos que falar para mais gente, é uma coisa conjunta. Tem que continuar lendo os textos, fazendo

resenha, fazendo fichamento, tem que saber fazer uma nota de rodapé, tem que saber usar as regras da ABNT. Isso tudo continua, mas ao mesmo tempo é fundamental que vocês criem espaços nos quais vocês possam falar, utilizando essa criticidade toda, para mais pessoas. Não dá mais para sermos só acadêmicos. Não dá para a academia ser dessa forma, essa coisa descolada, que as pessoas fazem depois essa vinculação com balbúrdia. Não justificando isso, mas tem um lado que é o isolamento da universidade em relação à vida da maior parte dos brasileiros que, querendo ou não, sou obrigada a compreender as pessoas acharem que não fazemos nada. O diálogo que a gente estabelece é muito atravessado, inclusive pelos egos todos. Isso é algo que eu sempre falo para os meus alunos no primeiro dia de aula: saibam escrever para mais pessoas, saibam fazer com que a história crítica chegue para mais gente – não precisa ser necessariamente pela escrita, você pode ser consultor de uma série, ser consultor de um filme, propor um *podcast*. Hoje em dia tem várias ferramentas, sobretudo tecnológicas, que nós temos que saber utilizar para fazer com que o saber histórico crítico chegue para mais gente, inclusive para vocês terem um emprego. Mesmo que a gente tenha um governo super progressista, teve um *boom* de concurso público que não vai ter tão cedo. Vai voltar a ser muito afunilada essa coisa da vida acadêmica, de quem efetivamente consegue um emprego em universidade pública. Existe uma demanda. Eu me formei escutando que brasileiro não gosta de história, isso é mentira! Se fosse verdade, jornalistas que escrevem sobre história não venderiam o que vendem, simples assim. E não são livros baratos. Então, assim, você tem público. Agora a gente está nesse momento, sobretudo nas questões das ditas minorias – eu não gosto desse termo, mas na ausência de outro... O mercado editorial está mais aberto, temos traduções de intelectuais norte-americanos, caribenhos, enfim. Aqui no Brasil, há mais mulheres publicando. Temos que surfar nessa onda para transformar isso numa prática, e isso eu não sei se a academia está pronta para preparar vocês. Eu

Ampliando a linguagem do historiador

acho que ainda não, então talvez vocês tenham que correr atrás, fazer outros cursos de escrita criativa, de audiovisual. Vai fazer um curso na ECA [Escola de Comunicação e Artes], vai fazer Psicologia, não sei... Acho que tem que ampliar um pouco a linguagem. Não o método. O método da história é muito importante, a criticidade da produção do saber histórico é fundamental, mas não podemos falar só para nós mesmos. Tem um pulinho progressista, e vem a avalanche conservadora. Está na hora de mudar essa dinâmica. Cabe também a vocês. Eu vejo meus alunos, eles fazem um *podcast* e olha que coisa incrível! Tanto que uma das avaliações que eu peço para os meus alunos é montar um Instagram, e eles fazem super bem. Tem que saber falar. É quase um dever cívico falar para mais gente sem abandonar a criticidade que a gente aprende na universidade.